## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

## PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE №\_\_\_\_\_, DE 2021 (Do Sr. Sidney Leite)

Propõe Comissão que а Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, realize Tomada de Contas Especial relativa à aplicação dos recursos federais destinados à saúde repassados ao Governo do Estado do últimos Amazonas nos 3 anos (janeiro/2019 até junho/2021).

## Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1°, combinado com o art. 24, X, art. 60, II e com o art. 61, §1°, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e dos incisos IV,VI, VII e VIII do art. 71 da Constituição Federal, requeiro que V. Exª se digne, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, a adotar as medidas necessárias para que o TCU efetue Tomada de Contas Especial, prevista nos artigos 70 e 71 da Constituição Federal, e no art. 2º da IN/TCU 71/2012) com vistas a examinar a aplicação dos recursos federais destinados a saúde repassados ao Governo do Estado do Amazonas nos últimos 3 anos (janeiro de 2019 até junho de 2021).

## **JUSTIFICAÇÃO**

A presente Proposta de Fiscalização e Controle tem como objetivo a Tomada de Contas Especial acerca dos recursos repassados pelo Governo





Apresentação: 24/06/2021 16:16 - Mesa



Federal ao Governo do Estado do Amazonas nos últimos 3 anos (janeiro de 2019 até junho de 2021).

O Estado do Amazonas está tomado por denúncias de corrupção, Secretário de Saúde e funcionários da secretária da saúde do Estado foram presos pela Polícia federal com autorização da Justiça Federal e estão sob investigações em operações da Polícia federal.

Hoje existem mais de 100 mil pessoas na fila de espera de regulação por consultas médicas com especialistas, a espera de cirurgias e exames. Haja vista que o Governo do Estado do Amazonas concentra os recursos que eram para serem pactuados com os municípios, dado que, desde o ano de 2005 não está sendo realizado o PPI (Programa de Parcerias de Investimentos).

Atualmente, os municípios do interior do Estado têm tido o melhor desempenho na saúde em comparação ao Governo do Estado, contando apenas com repasses financeiros realizados pelas prefeituras, visto que, não há repasses realizados pelo Governo do Estado do Amazonas.

Desta forma, é dever constitucional desta Casa Legislativa fiscalizar o emprego de recursos públicos federais, que devem ser utilizados sempre em prol da coletividade e em atendimento às necessidades da população.

Neste sentido, peço aos nobres pares pela aprovação da presente Proposta de Fiscalização e Controle.

Sala das Reuniões, em de junho de 2021.



